publicana e à guarda fiscal cumpre realizar a apreensão do minério que circule no país e que não esteja nas con-

dições legais.

Art. 6.º As substâncias metalíferas e combustíveis minerais de origem estrangeira, assim como os produtos do tratamento químico ou metalúrgico de origem estrangeira que transitem pelo país, deverão ser acompanhados duma guia passada pelo pôsto aduanciro da fronteira por onde se realizou a sua entrada, e por este remetido ao pôsto de saída, que o enviará à circunscrição mineira respectiva.

Art. 7.º As substâncias minerais e os produtos do seu tratamento químico ou metalúrgico, bem como os combustíveis minerais provenientes do estrangeiro e destinados a ser consumidos no país, poderão circular com um certificado de vendedor, que será entregue no local de aplicação à autoridade administrativa ou aos postos de despacho que, pelas vias competentes, os remeterão à

circunscrição mineira respectiva.

Art. 8.º Pela direcção fiscal da exploração dos caminhos de ferro e pelo conselho de administração dos Caminhos de Ferro do Estado serão dadas as instruções necessárias para que não seja realizado o despacho de qualquer partida de minério, sem que tenham sido apresentadas as guias a que se refere o artigo 4.º ou o cortificado a que se refere o artigo 7.º, devendo essa apresentação constar da escrituração das companhias dos caminhos de ferro ou da dos Caminhos de Ferro do Estado.

Paços do Govêrno da República, em 3 de Agosto de 1914.—Bernardino Machado—António dos Santos Lucas—João Maria de Almeida Lima.

Modêlo do certificado Circunscrição mineira do...

Certificado de exportação

Distrito ... Concelho ... Freguesia ...

Mina de ... Concessionário ... Representante ...

Fica o concessionário ou seu representante autorizado a exportar minério de ... proveniente da mina de ... nos termos da lei n.º ...

Este certificado é válido até ...

Circunscrição mineira do ...

Em ... de ... de 19 ..

O Engenheiro Chefe da Circunscrição,

F \dots

Nota das quantidades de minério exportado

Meses	Qualidade dos minérios, classes - e teores	Quantidades em toneladas métricas

Modêlo de guia

 $N.^{\circ}\dots$

Remete $(a) \ldots (b) \ldots$ para ...

Pelo itinerário abaixo indicado a conforme o disposto na lei n.º...

Dias -Via de transporte, caminho e localidade do percurso $N.^{\circ}\dots$

Remete $(a) \dots (b) \dots para \dots$

Pelo itinerário abaixo indicado conforme o disposto na lei n.º...

Dias —Via de transporte, caminho e localidade do percurso $N.^{\circ}\dots$

Remete $(a) \ldots (b) \ldots$ para ...

Pelo itinerário abaixo indicado conforme o disposto na lei n.º...

Dias -Via de transporte, caminho e localidade do percurso

Data.

Assinatura.

 (a) Nome da mina e situação.
 (b) Número por extenso de toneladas métricas de minério e seu teor.

Para ficar na mina.

Data.

Assinatura.

(a) Nome da mina e situação.
 (b) Número por extenso de toneladas métricas de minério e seu teor.

Para acompanhar a remessa.

Data.

Assinatura.

(a) Nome da mina e situação.
(b) Número por extenso de toneladas métricas de minério e seu teor.

Para enviar à circunscrição mineira.

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte decreto:

DECRETO N.º 711

Sob proposta do Ministro do Fomento e com fundamento na lei n.º 244, publicada em 16 do presente mês de Julho; usando da faculdade que ao Govêrno confere o n.º 1.º do artigo 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908 e o artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913; aguardadas as prescrições do § 3.º do citado artigo 34.º e as do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894;

e tendo ouvido o Conselho de Ministros: hei por bem decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Fomento e devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, um crédito especial da quantia de 8.292\$, destinado à satisfação dos encargos resultantes do cumprimento da referida lei n.º 244; devendo êste crédito ser consignado no artigo 60.º, capítulo 5.º do orçamento da despesa do segundo dos mencionados Ministérios para o presente ano económico de 1914—1915 e descrito no respectivo desenvolvimento pela forma em seguida designada, em substituição da verba de 2.616\$, atribuída ao pessoal artístico

dependente da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos.

Oficinas

Pessoal artístico

(Artigos 1.º e 11.º da lei n.º 244, publicada em 16 de Julho de

1014).	
1 gravádor, chefe das oficinas	6.996
Pessoal menor	
(Artigos 6.º e 11.º da lei n.º 244, publicada em 16 de . de 1914)	Julho
6 serventes, a 216\$	1.296
Total	8.292
Pela abertura deste crédito ficam anuladas no desenvolvimento as seguintes verbas:	mesmo
Capítulo 2.º — Direcção Geral das Obras Públicas e Minas:	
Artigo 12.º — Pessoal na disponibilidade e em serviço:	
Da verba de 4.354545 inscrita sob a rubrica «Diversos serviços»	2.616
Capítulo 5.º — Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos:	
Antino 60 0 Daniel I 1	

Artigo 60.º—Pessoal do quadro:

A verba votada para vencimentos do pessoal artístico....

2.6165

Artigo 62.º — Pessoal contratado:

A dotação para os vencimentos dêste pessoal . . . 1.6605

Artigo 65.º — Pessoal operário das oficinas:

A verba destinada ao pagamento de salários a este

essoal 1.400\$

Total 8.2928

O Conselho Superior da Administração Financeira do Estado visou a minuta dêste decreto na presente data.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 25 de Julho de 1914 e publicado em 31 do mesmo mês e ano. = Manuel de Arriaga = Bernardino Machado = Eduardo Augusto de Sousa Monteiro = António dos Santos Lucas = António Júlio da Costa Pereira de Eça = Augusto Eduardo Neuparth = Alfredo Augusto Freire de Andrade = João Maria de Almeida Lima = Alfredo Augusto Lisboa de Lima = José de Matos Sobral Cid.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS Direcção Geral das Colónias 3.ª Repartição

DECRETO N.º 720

Atendendo a que o decreto com força de lei de 20 de Setembro de 1906, que regula a pesquisa e lavra de minas nas colónias, não trata especialmente da pesquisa e exploração das pedras preciosas existentes em aluviões, e havendo toda a vantagem em estabelecer regras especiais que permitam o aproveitamento dêsses jazigos;

Atendendo a que os jazigos de aluvião são de pequeno rendimento e que, por isso, lhe não podem ser aplicadas as disposições do referido decreto, relativas a jazigos de pedras preciosas perfeitamente localizadas, porque a pequena área dos claims impediria por completo o seu aproveitamento, pela elevada importância do imposto fixo aplicado ao grande número de claims necessários à ex-

ploração;

Sendo, por isso, necessário e conveniente modificar as referidas disposições, tanto pelo que respeita à área dos claims, de que trata o artigo 6.º do citado decreto, como pelo que respeita ao imposto proporcional, a que se refere o artigo 133.º, de modo a permitir que as pedras preciosas existentes em aluviões possam ser exploradas em claims de dragagem, com a área de 2:500 hectares, e com o fim tambêm de acautelar os legítimos interêsses do Estado, que poderiam ser prejudicados com a aplicação do referido imposto, por não ser fácil fiscalizar uma exploração em área tam extensa e conhecer o seu rendimento bruto para a incidência do imposto;

Tendo ouvido a Comissão de Minas das Colónias, o

Conselho Colonial e o Conselho de Ministros;

Usando da faculdade conferida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa e sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A pesquisa e exploração de pedras preciosas existentes em aluviões são aplicáveis as disposições do decreto com força de lei de 20 de Setembro de 1906 para a pesquisa e lavra de minas nas colonias, com as modificações constantes do presente decreto.

Art. 2.º As pesquisas de pedras preciosas em aluviões só poderão ser feitas por quem esteja munido de licença

mineira especial.

Art. 3.º A licença mineira a que se refere o artigo anterior dá direito a cobrir pela afixação dum aviso de pesquisa um trôço do curso do rio em que se pretenda pesquisar, com a extensão de 50 quilómetros, contados no sentido da direcção geral do curso da água, e que terá como centro o ponto onde for afixado o aviso de pesquisa.

Art. 4.º São proibidas as pesquisas a distâncias inferiores a 25 quilómetros do ponto em que um pesquisa-

dor estiver trabalhando.

Art. 5.º A área de cada claim de pedras preciosas em aluviões não será superior a 2:500 hectares, e será limitada, a montante e a jusante, por duas linhas rectas perpendiculares ao talweg dos rios e de extensão não superior a 500 metros, sendo 250 para cada lado do talweg, e por outras duas linhas paralelas ao mesmo talweg.

Art. 6.º O pesquisador só poderá manifestar um claim de pedras preciosas em aluvião durante o período de

validade da sua licença.

Art. 1.º O imposto fixo para as concessões dos claims a que se refere êste decreto será de 100\$ por cada claim e o imposto proporeional será substituído por 5 por cento de participação para o Estado sôbre o ca-

pital a empregar na exploração.

§ 1.º No caso do concessionário ser uma sociedade, companhia ou qualquer outra entidade colectiva, a percentagem de 5 por cento, a que se refere este artigo, incidirá em todas as espécies de acções ou quinhões que elas emitirem, e será representada por títulos liberados, que serão entregues ao Govêrno, com o respectivo direito de representação nas assembleas gerais, pelo maior número de votos permitido pelo Código Comercial.

§ 2.º Se o concessionário for um indivíduo, a partici-